

Relevância e minimalismo: uma aproximação possível

SABRINA PEREIRA DE ABREU

(UFRGS/BRASIL)

0. INTRODUÇÃO

O objetivo desta comunicação é examinar a possível compatibilidade do papel explanatório da noção de «relevância» (Sperber & Wilson, 1986, doravante S&W) e alguns princípios de economia propostos por Chomsky (1992-1995). Especificamente serão considerados três princípios: Princípio da Interpretação Plena (*Full Interpretation*, doravante FI), Princípio da Antecipação (*Principle Earliness*) e Procrastinação (*Procrastination*).

A primeira objeção que poderia ser feita a uma aproximação deste tipo é que pressupostos de teorias pragmáticas são irrelevantes para a articulação das propriedades sintáticas formais. No entanto, é preciso esclarecer, de início, que uma teoria pragmática como a de S&W não apenas fornece um modelo de interpretação de enunciados, mas, acima de tudo, propõe uma teoria sobre o sistema cognitivo central. Assumindo os argumentos de Kempson (1988), considero que o conceito de ‘relevância’ impõe uma restrição sobre todo o mecanismo de cognição: todos os processos cognitivos são regulados pela necessidade de maximização da relevância, isto é, gerados através do menor custo de processamento para a recompensa inferencial adequada. O objetivo específico desta comunicação é verificar a ligação entre estas restrições e as restrições específicas da Faculdade da Linguagem, no que se refere ao FI – que estabelece uma condição sobre as interfaces do sistema de desempenho –, e os Princípios de Antecipação e de Procrastinação – que antecipam ou adiam movimentos, regulando a aplicação de *Spell-out* e, em conseqüência, a parametrização das línguas.

O trabalho está organizado em duas partes: a primeira, traz as idéias centrais das duas abordagens teóricas naquilo que é pertinente a esta discussão; e a segunda, apresenta os argumentos que considero justificar, mesmo que de forma indireta, a aproximação entre os postulados de S&W e os pressupostos gerativistas.

1. O QUADRO TEÓRICO PARA A DISCUSSÃO

1.1. A noção e relevância segundo S&W(1986)

S&W, no âmbito do mecanismo cognitivo central, entendem que a mente humana é uma variedade de sistemas não especializados, cada um com seu método de representação e computação próprios. Postulam, então, o Princípio da Relevância para explicar como os indivíduos processam informações nos contextos comunicativos.

O referido princípio é, assim, formalizado:

Todo ato de comunicação ostensiva comunica a presunção de sua própria relevância ótima (1986:158).

Nesse sentido, os autores consideram a comunicação verbal como uma forma complexa de comunicação que pode combinar dois modos de processamento: código e inferencial. A comunicação inferencial pode envolver o uso de sinais codificados que falham em codificar as intenções do comunicador e fornecem evidências incompletas sobre elas. Assim, não é suficiente mostrar que um código está sendo usado, é preciso mostrar que o que é comunicado está, de fato, sendo codificado e decodificado.

Nessa concepção, falantes e ouvintes, além de uma língua comum, devem compartilhar o mesmo conjunto de premissas para aplicarem regras de inferência idênticas de forma paralela.

Segundo S&W, todo processamento de informação exige esforço mental (atenção, memória, raciocínio) e resulta em efeito cognitivo (alteração, adição, cancelamento ou nova hierarquização de crenças). Assim, a relevância pode ser caracterizada em termos de causa e efeito:

- a) quanto maior o efeito cognitivo resultante de uma informação, maior a relevância para quem a processa;
- b) quanto maior o esforço despendido nesse processamento, menor a relevância para quem a processa.

Enfim, falantes e ouvintes desejam a maximização da relevância: máximo efeito cognitivo com mínimo esforço de processamento. Este é o único fator determinante do processamento da informação.

É possível depreender, então, desta breve síntese, que S&W apresentam um novo quadro da cognição humana, de acordo com o qual a mente processa centralmente a informação disponível de forma a obter o aperfeiçoamento de suas representações do mundo com o menor custo de processamento.

1.2. Alguns princípios de economia da gramática gerativa (Chomsky 1981-1995)

As idéias centrais do programa gerativista são de que as línguas naturais são constructos psicológicos e que o objetivo da lingüística é explicar o problema cognitivo de como as crianças adquirem uma língua – mais especificamente quais são as características particulares da Faculdade da Linguagem que as capacitam à aquisição de uma dada língua.

Para os gerativistas, a linguagem é, essencialmente, um objeto do mundo real, um conjunto de propriedades da mente/cérebro.

A única pretensão deste programa de investigação é procurar explicar o funcionamento do componente gerativo capaz de gerar um número infinito de sentenças a partir de um número reduzido de regras e princípios universais. De uma forma ou de outra, os princípios universais aparecem em todas as línguas, e as regras particulares são propriedades específicas das diferentes línguas.

Na recente versão da Teoria de Princípios e Parâmetros, o chamado Programa Minimalista, a noção de 'economia' é fortemente acentuada. Princípios de economia são aplicados tanto a representações quanto a derivações.

Um exemplo da noção de 'economia' aplicada às representações é o FI, segundo o qual cada símbolo deve receber uma interpretação 'externa' (à sintaxe) através de regras universais. Visto desta maneira, podemos dizer que este princípio regula as condições para a convergência das derivações.

A noção de 'economia' aplicada às derivações se traduz em diversos princípios: Menor Esforço, Movimento Mais Curto, Último Recurso, Procrastinação, etc. Estes princípios exercem

um papel fundamental para explicar os universais da Faculdade da Linguagem e, por conseguinte, geram descrições estruturais.

Tal programa de investigação trata de aspectos semânticos somente ao nível da interface com o sistema intencional-conceptual, isto é ao nível da Forma Lógica. Quaisquer outras questões relativas a interpretações semânticas mais amplas são consideradas como fora dos limites da linguagem. Ou seja, o significado é abordado enquanto propriedade formal ao nível do módulo da linguagem, e enquanto interpretação mais completa ao nível de outras conexões da mente/cérebro.

2. MAXIMIZAÇÃO DA RELEVÂNCIA E A TEORIA DA GRAMÁTICA: UMA APROXIMAÇÃO POSSÍVEL

Observemos os enunciados:

(1) *Quem João viu Maria?

(2) *Carlos chegou aqui ontem comeu.

Através dos exemplos (1) e (2), podemos demonstrar que há, de fato, alguma relação entre os princípios da gramática universal e a maximização da relevância. Se não houvesse a postulação de um princípio que regula as condições de interface (todos os elementos devem ser interpretáveis nas interfaces LF e FL), como é o caso do FI, princípios tais como o de Procrastinação (princípio que determina que os movimentos sejam adiados) e o de Antecipação (princípio que determina a antecipação dos movimentos) poderiam ser dispensados.

A gramática poderia gerar, literalmente, o que um falante considera como aceitável mesmo que elementos não interpretáveis chegassem à interface externa, e muitas interpretações de diferentes enunciados poderiam apresentar problemas de ambigüidade; no entanto, a maior parte das interpretações seriam rejeitadas pragmaticamente.

Uma explicação pragmática poderia ser que a interação de efeitos contextuais de algum tipo permitem a interação de algumas proposições do tipo constante nos exemplos (1) e (2). Entretanto, em tais exemplos, não há nenhuma possibilidade pragmática de interpretação. Não há condições sob as quais uma cadeia [NP, e] como em (1) possa não ser considerada na Forma Lógica. Nem há circunstâncias sob as quais o falante reconheça a existência de dois verbos principais em uma sentença, como acontece no exemplo em (2). Assim, o falante possui juízos de gramaticalidade impostos por restrições de ordem estritamente sintáticas que operam conjuntamente com a tentativa de compreensão dos enunciados.

Observe-se estes exemplos fornecem evidências para condições de boa-formação baseados na lógica do mecanismo cognitivo central, isto é, o exemplo (2) contra-exemplifica o fato de que todos os predicados devem ser atribuídos apropriadamente a um número de argumentos. Tal exemplo, então, poderia ter sua agramaticalidade vinculada diretamente às restrições da maximização da relevância.

Nesse sentido, S&W reconhecem que recompensa inferencial, realizada através da construção de sentenças da linguagem natural, é obtida através da construção de proposições bem-formadas na linguagem do pensamento. Desta forma, sentenças da linguagem natural são aceitáveis somente se elas podem ser usadas para construções bem-formadas.

Uma sentença, por isso, deve, necessariamente, ser associada à sua forma lógica que deverá fornecer as bases para construções de expressões bem-formadas logicamente. E esta

expressão da lógica deve ser construída a partir de palavras selecionadas com o mínimo custo de processamento. Algumas palavras que não contribuem com o processamento do enunciado são excluídas porque elas envolvem custo de processamento sem nenhuma recompensa inferencial associada.

Como se vê, para um falante seria problemático pronunciar (leia-se selecionar) os enunciados (1) ou (2), ou ambos, porque ele poderia deliberadamente causar a seu ouvinte um custo de processamento maior. Dessa perspectiva, o Princípio de Relevância determina, da mesma maneira que os princípios de economia das derivações, que as sentenças (1) e (2) não estão disponíveis para os falantes do português brasileiro.

Se pensarmos exclusivamente no FI – nenhum elemento não interpretável pode chegar às interfaces –, podemos inferir que este princípio é determinado pela maximização da relevância, pois um sistema cognitivo que não obedeça a este princípio poderia gerar objetos não interpretáveis na Forma Lógica e na Forma Fonológica; fato que, por si só, resultaria num esforço exagerado para a compreensão dos enunciados. Assim, o FI, se supomos que o mecanismo cognitivo é restringido pelo Princípio de Relevância, torna-se apenas uma consequência direta desta suposição.

Nesta mesma linha de raciocínio, é possível pensar que os princípios de Antecipação e de Procrastinação – que determinam se um movimento deve ou não ser adiado – são derivados indiretamente da lógica do mecanismo cognitivo central.

Uma outra evidência de que princípios lógicos de alguma maneira regulam movimentos sintáticos pode ser vinculada à forma de interpretar a diferença entre as línguas com movimento de elementos interrogativos e aquelas que não exibem este tipo de movimento.

Recentemente tem sido proposto que a variação entre as línguas que apresentam movimento aberto de elementos interrogativos, isto é, interpretáveis na Forma Fonológica, e aquelas que não apresentam este movimento não significa que, neste último caso, as línguas não tenham o movimento de elementos interrogativos de forma aberta. Akira Watanabe (1991) propõe que, quando uma língua não apresenta movimento aberto de um constituinte interrogativo, como acontece com o chinês e o japonês, existe o movimento de um operador abstrato que é extraído da frase interrogativa. Assim, este autor admite a possibilidade de que mesmo em línguas com elemento interrogativo *in situ* o movimento também é aberto.

Na argumentação de Watanabe, a diferença entre as línguas com o movimento de elementos interrogativos na sintaxe, tal como o inglês, e as línguas em que não há tal movimento, não é decorrente do fato que algumas línguas apresentam movimento deste tipo de constituinte e outras não. Na verdade, o movimento do operador abstrato é universalmente exigido, isto é, todos os constituintes interrogativos são associados a um operador abstrato e é este operador que se move antes ou após a aplicação de *spell out*. A diferença entre estas línguas, então, restringe-se ao fato de que o operador abstrato pode ser separado do constituinte interrogativo com o qual é associado, como é o caso do inglês, e em outras línguas, como o japonês, não.

Este fato é uma evidência de construções bem-formadas, em ambos os tipos de línguas, restritas através de princípios lógicos aplicados à derivações.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o FI é um princípio cuja motivação subjacente pode ser explicada em termos gerais da cognição, no sentido de que objetiva maximizar a relevância, poderíamos pensar que ele não faz parte da UG – a faculdade inata específica para a aquisição da linguagem.

Nesse sentido, se considerarmos que a gramática universal é, por definição, a especificação das propriedades exclusivas da Faculdade da Linguagem, qualquer propriedade que possa ser demonstrada como sendo uma conseqüência direta de outras faculdades da mente/cérebro não seria uma propriedade da gramática universal. De acordo com este ponto de vista, o FI não poderia ser analisado como uma parte intrínseca da gramática universal.

Por outro lado, e de forma menos radical,, e possível considerar que a restrição da maximização da relevância é, na verdade, uma restrição subjacente a todas as faculdades cognitivas. Nesse sentido, a Faculdade da Linguagem poderia ter propriedades determinadas pelas linguagens do pensamento, no sentido de que as línguas naturais são veículos para articular proposições da linguagem do pensamento.

Assim, podemos considerar que tanto uma teoria pragmática do tipo proposto por S&W quanto a teoria chomskiana reconhecem a agramaticalidade dos exemplos (1) e (2); no entanto, tal reconhecimento não ocorre através de restrições de natureza distintas, mas, sim, de uma restrição que opera em todo o mecanismo cognitivo central: a maximização da relevância.

Em relação aos princípios de Antecipação e de Procrastinação não é possível tecer as mesmas considerações. Tratam-se de princípios específicos do domínio da gramática.. Mas poderíamos dizer que são indiretamente decorrentes das restrições do mecanismo cognitivo central, porque a sua funcionalidade acarreta a presença ou a ausência de elementos interpretáveis nas interfaces do sistema de desempenho.

Obviamente, estas idéias são embrionárias e carecem de uma análise mais acurada; no entanto, parece plausível pensar na aproximação destas duas teorias nos termos em que se expôs aqui. Tal aproximação, certamente, propiciará o desenvolvimento de trabalhos mais profícuos sobre o mecanismo cognitivo central.

BIBLIOGRAFIA

- Chomsky, N. 1995. *The minimalist program*. MIT Press, Cambridge, Mass.
- Fodor, J. A. 1993. *The modularity of mind*. Cambridge, Mass., MIT Press.
- Grice, H. P. 1975. Logic and Conversation. In P. Cole, J. Morgan eds. *Syntax and Semantics*. Vol. 3. Speech Acts New York, Academic Press.
- Grice, H. P. 1957. *Meaning*. *The Philosophical Review*, 66, 377-88.
- Kempson, R. 1977. *Semantic theory*. Cambridge University Press, Londres.
- Kempson, R. 1987. Literalness and other pragmatic principles. *Behavioral and Brain Sciences*.
- Kempson, R. 1988. *Mental representations: the interface between language and reality*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Sperber, D.; Wilson, D. 1986. *Relevance: communication and cognition*. Cambridge, MA, Harvard University Press.